



# **Prefeitura do Município de Mandaguáçu**

**ESTADO DO PARANÁ**

**Paço Municipal "Hiro Vieira"**

Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

## **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2025 - SEF**

**Dispõe sobre os procedimentos para a inscrição, controle, acompanhamento e cancelamento dos Restos a Pagar no âmbito da Administração Pública Municipal.**

O Senhor José Roberto Mendes, prefeito municipal, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de padronização dos procedimentos relativos aos Restos a Pagar no âmbito da Administração Pública Municipal,

### **RESOLVE:**

#### **CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Instrução Normativa estabelece normas e procedimentos para a inscrição, controle, acompanhamento, liquidação, pagamento e cancelamento dos Restos a Pagar no âmbito dos órgãos da Administração Pública Municipal.

**Art. 2º** Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I – **Restos a Pagar:** despesas legalmente empenhadas e não pagas até 31 de dezembro do exercício;

II – **Restos a Pagar Processados:** despesas empenhadas e liquidadas até o encerramento do exercício;

III – **Restos a Pagar Não Processados:** despesas empenhadas, porém não liquidadas até o encerramento do exercício;

IV – **Credor:** pessoa física ou jurídica titular do direito à percepção do pagamento.

#### **CAPÍTULO II – DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR**

**Art. 3º** A inscrição de despesas em Restos a Pagar somente ocorrerá mediante:

I – existência de empenho devidamente emitido e regular;

II – comprovação documental do estágio da despesa até 31 de dezembro;

III – disponibilidade de saldo financeiro suficiente conforme apurado na programação financeira.

**Art. 4º** Serão inscritos como:

I – **Processados:** os empenhos liquidados, comprovados por meio de documentos oficiais (nota fiscal, atesto do recebimento, ordem de fornecimento, contrato ou equivalente).

II – **Não Processados:** os empenhos em que ainda não houve a liquidação, mas que possuem suporte contratual ou documento que demonstre a obrigação assumida.

#### **CAPÍTULO III – DO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO**

**Art. 5º** Compete às unidades administrativas:

I – manter atualizados os processos referentes aos Restos a Pagar;

II – encaminhar à Contabilidade todas as informações necessárias à avaliação e manutenção dos saldos;

III – realizar o acompanhamento mensal dos empenhos inscritos em Restos a Pagar.



# **Prefeitura do Município de Mandaguá**

ESTADO DO PARANÁ

**Paço Municipal "Hiro Vieira"**

Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

**Art. 6º** Compete ao Setor de Contabilidade:

- I – efetuar a inscrição dos Restos a Pagar;
- II – manter sistema de controle e registro atualizado;
- III – efetuar revisões periódicas dos saldos;
- IV – propor o cancelamento de saldos irregulares, improcedentes ou prescritos.

## **CAPÍTULO IV – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

**Art. 7º** A liquidação de despesas inscritas em Restos a Pagar observará rigorosamente a legislação vigente, devendo o setor responsável apresentar:

- I – nota fiscal ou documento equivalente;
- II – comprovante de entrega ou execução do objeto;
- III – atesto do gestor ou fiscal do contrato;
- IV – demais documentos exigidos na legislação municipal.

**Art. 8º** O pagamento observará:

- I – ordem cronológica;
- II – disponibilidade financeira;
- III – conferência prévia dos documentos.

## **CAPÍTULO V – DO CANCELAMENTO DOS RESTOS A PAGAR**

**Art. 9º** Serão cancelados:

- I – os Restos a Pagar processados cuja liquidação tenha sido posteriormente anulada;
- II – os Restos a Pagar não processados que não possuam lastro contratual ou documento que comprove a obrigação;
- III – os saldos prescritos, abandonados ou que não atendam aos requisitos legais.

**Art. 10.** O cancelamento será realizado pela Contabilidade mediante:


- I – solicitação do setor demandante; ou
- II – levantamento anual dos saldos pendentes.

## **CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 11.** Os setores deverão adotar todas as providências necessárias para garantir a conformidade documental dos Restos a Pagar.

**Art. 12.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguá, 18 de novembro de 2025

  
José Roberto Mendes  
Prefeito Municipal

